

7
A. Dias



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

**Assembleia de Freguesia
da
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

Ata n.º 6/2018

Aos **vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito**, pelas vinte horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de freguesia da União das Freguesias de Coimbra - Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão ordinária**, na Delegação da União das Freguesias de Coimbra da Almedina, sita Rua Fernandes Tomás nº 82, nos termos da alínea b) n.º 1 do artigo 14º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dando cumprimento ao artigo 11º do mesmo diploma, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período Antes da Ordem do Dia *[nos termos do artigo 52º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 30º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de freguesias de Coimbra].*

2. Aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças anteriormente tratados em Assembleia de Freguesia e sujeitos a consulta pública por 30 dias *[alíneas d) e f) do no 1 do artigo 9.º e alínea h) do no 1 do artigo 16.º da Lei nº 75/2013, Lei n.º53-E/2006 de 29 de Dezembro e Código de Procedimento e de Processo Tributário].*

3. Discussão e votação da 2a Revisão Orçamental, conforme suscitado pela aprovação da candidatura da UFC ao Projecto JUNTAR - Apoiar a economia circular em Juntas de Freguesia *[alínea a) do nº 1 do artigo 9.º da Lei nº 75/2013].*

4. Criação de uma Comissão da Assembleia de Diagnóstico e Ação Social *[alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, conjugado com o artigo 46.º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de freguesias de Coimbra].*

5. Criação de uma Comissão da Assembleia sobre Comércio Local e Outras Atividades Económicas de Relevância na Área Geográfica da União das Freguesias de Coimbra *[alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, conjugado com o artigo 46.º do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de freguesias de Coimbra].*

6. Proposta do CDS-PP no sentido de ser criado um Banco de Ajudas Técnicas para Pessoas com Perda de Autonomia Física.

7. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta, bem como da situação financeira actual *[alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I da Lei nº75/2013].*

8. Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias.

9. Período de intervenção do público.

Estiveram presentes os Srs./as deputados/as à Assembleia de Freguesias (com as respectivas assinaturas nas folhas de presença):

53 - Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Manuel
54 Barata de Tovar Portela Vieira e Hugo Valente Abreu (PPD/PSD);
55
56 - Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1.º Secretário da Mesa de Assembleia (CDS-PP);
57
58 - Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, António Virgílio
59 Mendes, em substituição de Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas (**Anexo 1**), e
60 Ricardo José dos Reis Barata (PS);
61
62 - Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente da Mesa de Assembleia, e Mariana
63 Alexandra Miranda Ribeiro, 2.º Secretário da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos
64 Eleitores “Somos Coimbra”);
65
66 - Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de Cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);
67
68 - Luísa Maria de Moura Rodrigues da Silva, em substituição de Gonçalo José Mourão de
69 Almeida (**Anexo 2**) (CDU – Coligação Democrática Unitária).
70
71 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de
72 Lencastre Campos (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo
73 Alves Petim (Tesoureiro), Manuel Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues
74 Abreu (2.º Vogal).
75
76 O Presidente da Mesa abriu a sessão dizendo que gostaria de implementar um novo modelo de
77 gestão do tempo, mais rigoroso. Referiu ainda ter em sua posse dois documentos com pedidos
78 de substituição de deputados, um do PS e o outro da CDU.
79
80 Dentro do **Ponto 1** (Período Antes da Ordem do Dia), o deputado Manuel Tovar interpelou a
81 Mesa para relembrar a moção que o PSD anteriormente apresentou sobre a nova Maternidade de
82 Coimbra e saber se, na sequência da sua aprovação, já havia novidades.
83
84 O Presidente da Mesa respondeu que os vários contactos necessários estão a decorrer, mas ainda
85 sem respostas.
86
87 O deputado Nuno Sousa interpela igualmente a Mesa. No seu caso, para questionar sobre a
88 inexistência de atas para aprovação.
89
90 Ao que o Presidente da Mesa explicou que as gravações não estão em condições de satisfazer
91 todas as necessidades e a funcionária que tirou os apontamentos e tem o encargo de elaborar as
92 atas tem estado muitíssimo ocupada.
93
94 Dando início ao **Ponto 2** (Aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças
95 anteriormente tratados em Assembleia de Freguesia e sujeitos a consulta pública por 30 dias), o
96 Presidente da União das Freguesias de Coimbra indicou ter sido feita uma proposta
97 relativamente às taxas pelas próprias funcionárias da União das Freguesias.
98
99 A deputada Maria Helena Loureiro congratulou-se com a participação das funcionárias e
100 questionou se a prova de vida é um atestado. Para ela, ficaria mais elegante “atestado de prova
101 de vida” em vez de “prova de vida”. O Presidente da União das Freguesias acabou por
102 concordar com a deputada.
103
104 O deputado substituto António Virgílio Mendes contestou os deputados terem que se inscrever
105 para falar antes da intervenção do Presidente da Junta.
106
107 O deputado Apolino Pereira, por seu lado, pediu esclarecimentos sobre a proposta apresentada

108 pelas funcionárias.

109

110 O Presidente da União das Freguesias esclareceu, no entanto, que, só passado os 30 dias de
111 consulta pública, é que se dá a votação definitiva em Assembleia.

112

113 O deputado Apolino Pereira disse que a bancada do PS não iria votar este ponto, dado não ter
114 em seu poder o documento com as alterações propostas às mesmas.

115

116 O Presidente da Assembleia informou ter recebido a proposta de alteração entregue pelas
117 funcionárias nesse mesmo dia, só agora sendo possível disponibilizá-la. Mostrou-se consciente
118 de que os deputados só a votariam se assim o desejassem. No entanto acrescentou que gostaria
119 que a votassem.

120

121 O Presidente da União das Freguesias de Coimbra salientou que os 30 dias terminaram só no
122 próprio dia desta sessão da Assembleia.

123

124 O deputado Apolino Pereira, que não recebeu a proposta das funcionárias, exigiu a proposta por
125 escrito para a vir votar.

126

127 Por sua vez, o representante do PS António Virgílio Mendes salientou a importância de estar
128 disponível a justificação das taxas.

129

130 Já o deputado Nuno Sousa, esclareceu que as alterações não excedem o presente no estudo
131 financeiro e, como tal, não requerem justificação financeira.

132

133 Pela CDU, Luísa Silva afirmou ser uma mais-valia a participação das funcionárias no processo e
134 defendeu que esta fosse a votos.

135

136 Porém, o Presidente da Mesa acedeu aos argumentos do deputado Apolino Pereira, suspendendo
137 a discussão e votação do **Ponto 2** até todos os deputados terem em sua posse formatos de papel
138 da proposta apresentada pelas funcionárias.

139

140 Assim sendo, iniciou-se o tratamento do **Ponto 3** (Discussão e votação da 2ª revisão orçamental,
141 conforme suscitado pela aprovação da candidatura da UFC ao projecto JUNTAR - Apoiar a
142 economia circular em Juntas de freguesia).

143

144 Tanto o Presidente da Mesa como o Presidente da Junta congratularam-se com a razão desta
145 revisão orçamental, uma vez que a sua causa é a aprovação da candidatura da União das
146 Freguesias de Coimbra ao chamado Fundo Ambiental e o financiamento daí decorrente (25.000
147 euros, o máximo possível) para um projecto na área da economia circular, com o
148 reaproveitamento de equipamentos eléctricos para fregueses carenciados (**Anexo 3**).

149

150 O deputado Ricardo Barata usou da palavra para dizer que a vitória também se deve ao Governo
151 de Portugal, pelas normas que possibilitaram um incremento de várias medidas de economia
152 circular no nosso país. Retomando o objecto de intervenções suas em reuniões anteriores,
153 inquiriu que sobre o que estava a fazer a União de Freguesias em termos de princípios
154 ecológicos para além do uso de copos de plástico nas reuniões.

155

156 O Ponto 3 foi **aprovado por unanimidade**.

157

158 Iniciou-se então o tratamento do **Ponto 4** (Criação de uma Comissão da Assembleia de
159 Diagnóstico e Acção Social), com o Presidente da Mesa a dizer que não enviou de novo o texto
160 de suporte a este tema pois já todos os deputados o tinham anteriormente. Referiu que a decisão
161 era entre criar ou não uma comissão com o fim enunciado, sendo que, em obediência ao
162 Regimento da Assembleia, a comissão acertará tudo o que respeite à sua organização interna.

163
164 Segundo António Virgílio, não haveria necessidade de criar esta comissão, uma vez que já
165 existe a Comissão Social de Freguesias e já existem múltiplas entidades a trabalhar na área
166 social.
167
168 Como apresentante da proposta, o Presidente da Mesa defendeu que a posição do deputado
169 substituto António Virgílio Mendes era diferente da dos outros deputados por não ter estado
170 numa reunião preparatória que se fez. De resto, recusou que estivesse em causa algo de idêntico
171 à Comissão Social de Freguesia. Parte do papel da comissão da Assembleia pode até ser
172 questionar sobre certos procedimentos da Comissão Social de Freguesia.
173
174 O Presidente da União das Freguesias concordou com o Presidente da Assembleia e acrescentou
175 que, já tendo a União uma Assistente Social, pode mesmo ser bom alargar o espectro dos que
176 intervêm na área social. Para ele, diagnósticos, propostas e fiscalizações são sempre uma mais-
177 valia.
178
179 O Presidente da Mesa leu parte do documento distribuído e da sua autoria, onde é focada a
180 situação social em Coimbra (**Anexo 4**).
181
182 A deputada Maria Helena Loureiro, após considerar louvável a exposição do Presidente da
183 Mesa, questionou quem integra a Comissão Social de Freguesia.
184
185 Coube ao Presidente do Executivo responder, o que fez com indicação de existir um núcleo
186 executivo e um plenário. Os integrantes são muitos e diversificados, sendo exemplos a Câmara
187 Municipal de Coimbra, a Segurança Social, AMI, Fundação da Casa de Saúde de Coimbra,
188 Cáritas e a Associação “Integrar”.
189
190 Submetido a votação, o Ponto 4 foi **aprovado por unanimidade**.
191
192 Perante a pergunta do Presidente da Mesa sobre se as várias forças políticas já podiam indicar os
193 seus representantes na Comissão da Assembleia de Diagnóstico e Acção Social, a deputada
194 Maria Helena Loureiro anunciou ir ela representar o CpC.
195
196 Perante algumas incertezas, o Presidente da Mesa propôs que lhe enviassem *a posteriori* os
197 nomes para as comissões.
198
199 Como a discussão do Ponto 4 foi servindo também para debater aspectos do **Ponto 5** (Criação
200 de uma Comissão da Assembleia sobre Comércio Local e Outras Actividades Económicas), o
201 Presidente da Assembleia optou por pôr imediatamente também este ponto a votação, tendo ele
202 sido **aprovado por unanimidade**.
203
204 Retomou-se aí o **Ponto 2**, declarando o deputado Apolino Pereira ter recebido a proposta das
205 funcionárias (**Anexo 5**) e estarem reunidas as condições para se votar, mesmo discordando da
206 inexistência de valores indicados para o Mercado do Calhabé.
207
208 O Presidente o Executivo contrapôs que as taxas concernentes aos mercados são uma decisão
209 camarária.
210
211 O Ponto 2 foi **aprovado por unanimidade**.
212
213 Após esta aprovação, o Presidente da Assembleia deu início ao **Ponto 6** (Proposta do CDS-PP
214 no sentido de ser criado um Banco de Ajudas Técnicas para Pessoas com Perda de Autonomia
215 Física) (**Anexo 6**).
216

217 Dada a palavra à Primeira Secretária da Mesa, representante do CDS-PP, esta começou por
218 dizer que está em causa uma proposta que já recebeu acolhimento noutras freguesias e que
219 poderão contar sempre com ela para procurar ajudar os fregueses.

220

221 A deputada Maria do Carmo Ferreira declarou a sua concordância pessoal e a do PSD com a
222 proposta do CDS.

223

224 Perante uma questão do representante socialista António Virgílio Mendes, a Primeira Secretária
225 esclareceu que a proposta do CDS não contempla custos para União das Freguesias.

226

227 A deputada Maria Helena Loureiro disse então que o CpC se iria abster apenas por um motivo:
228 já existem muitas instituições que fazem o mesmo trabalho.

229

230 Da votação do Ponto 6, resultou a **aprovação**, com **8 votos a favor** (CDS, PSD, SC e CDU), **3**
231 **votos contra** (todos do PS) e **1 abstenção** (CpC). O deputado Nuno Sousa (PS) recusou
232 participar na votação, ausentando-se momentaneamente. Justificou, considerando que a
233 Assembleia não tem que dar sugestões ao Executivo, como, no fundo, nesta proposta.

234

235 Seguiu-se o **Ponto 7** (Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União de
236 Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta, bem como da situação financeira actual),
237 com a apresentação de uma exposição do Presidente da União assente num documento enviado
238 aos eleitos (**Anexo 7**). Todavia, o Sr. Presidente referiu não ter posto no dito documento uma
239 reunião com João Claro, organizador do “Coimbra Beer-fest”. Esse evento não é organizado
240 pela Junta mas será apoiado.

241

242 Dentro do **Ponto 8** (Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias), o Presidente da
243 Junta apresentou as datas pensadas para todo o processo do Orçamento Participativo da UFC.
244 Demonstrou ainda satisfação pela empresa “Critical Software” apostar na área da União das
245 Freguesias de Coimbra, aproveitando instalações a ser requalificadas, e salientou estar atento à
246 situação da Caixa Geral Depósitos, com o fecho de agências e das respectivas caixas
247 Multibanco. Sendo este o caminho a seguir pela instituição bancária, o Executivo da Junta
248 pretende encerrar a conta da União das Freguesias de Coimbra na Caixa Geral de Depósitos.

249

250 O deputado Ricardo Barata congratulou o Presidente do Executivo pela decisão tomada mas
251 lamentou que a Feira Medieval não tivesse a participação da Junta da União das Freguesias.

252

253 O Secretário Carlos Pinto respondeu que costumava ser o INATEL a promover a Feira
254 Medieval e que agora era a Câmara Municipal de Coimbra, não havendo participação no evento
255 por falta de convite da Câmara.

256

257 Luísa Silva salientou que a CDU esteve à porta das instalações da Caixa Geral de Depósitos na
258 Ferreira Borges, em acção de luta contra os encerramentos de balcões e caixas Multibanco.
259 Acrescentou saber que só se pode participar na Feira Medieval por convite da Câmara.

260

261 Nada mais havendo a tratar, à meia-noite e dez minutos o Presidente da Mesa deu por encerrada
262 a sessão, da qual se lavrou a presente ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo
263 Presidente e Secretárias da Mesa.

Alfonso Miguel de Freitas Soares Madalena

Háwama Alexandra Hinamda Ribeiro

Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões